



16347870



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

**Memória de Reunião**  
Comitê de Governança Estratégica - CGE

<b>DATA:</b> 05/10/2021	
<b>LOCAL:</b> Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>ÓRGÃO</b>
Antônio Ramirez Lorenzo	GM
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
Márcio Nunes de Oliveira	SE
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
David de Lima Freitas	SPO
Rodrigo Lange	DTIC
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN
José Vicente Santini	SENAJUS
Juliana Oliveira Domingues	SENACON
Luiz Roberto Beggiora	SENAD
Carlos Renato Machado Paim	SENASP
Braulio Melo	SEOPI
José Renato Vaz	DEPEN
Cairo Duarte	PF

Silvinei Vasques	PRF
Neide Alves Dias de Sordi	AN
Cesar A. Martinez	FUNAI
Layla Kaboudi	CONJUR

**PAUTA:**

1. Considerações iniciais e pauta da reunião;
2. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: PF, FUNAI e SEOP I ;
3. Informe SPO/SE;
4. Informe DTIC/SE;
5. Informe AECE; e
6. Encaminhamentos.

**DELIBERAÇÕES**

1. A reunião do Comitê de Governança Estratégica - CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP teve seu início a partir das considerações iniciais realizadas pelo Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, com a apresentação da pauta a ser tratada na ocasião e o destaque de ações no último mês que envolveram diversas unidades e foram bastante aguardadas pelo órgão, como o lançamento do “Habite-se Seguro” e a publicação do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSP.
2. Dando abertura à pauta do Monitoramento do Planejamento Estratégico, o Sr. Cristiano Cunha, da Polícia Federal – PF, apresentou o andamento do projeto Brasil M.A.I.S (Meio Ambiente Integrado e Seguro), que tem como objetivo melhorar a eficiência e a eficácia do Estado na prevenção, na repressão e na elucidação de crimes e de desastres ambientais em todo território nacional, por meio de geotecnologia aplicada. Continuando, o Sr. Cristiano apresentou as entregas previstas no projeto: i) disponibilização de imagens diárias de todo território nacional; ii) acesso a alertas de detecção de mudanças, como desmatamento, mineração, queimadas, dentre outros; iii) detecção mensal de estradas; iv) detecção mensal de construções para todo território nacional; v) detecção de plantios de ilícitos, e embarcações; vi) relatórios analíticos com cruzamento de bases de dados de órgãos públicos, sem a necessidade de análise de imagens por parte da equipe; vii) painel de indicadores; e, viii) capacitação e transferência de tecnologia da PF para as instituições que se encontram em processo de adesão da ferramenta. Também apresentou, brevemente, as competências das unidades envolvidas, de acordo com o disposto na Portaria MJSP nº 535, de 22 de setembro de 2020, normativo que institui o Programa Brasil M.A.I.S. A etapa que envolve a estruturação do projeto já foi concluída, enquanto a estruturação da RedeMAIS está em andamento, com a adesão até o momento de 159 instituições, entre órgãos de segurança pública estaduais, distritais, municipais e outras entidades públicas. Além disso, estão sendo realizadas as fases de: i) contratação, prorrogação e disponibilização de produtos e serviços relacionadas às imagens e produtos satelitais de alta resolução e de altíssima resolução; ii) aprimoramento da consciência situacional, com o desenvolvimento de plataformas para a gestão e disponibilização dos dados espaciais e para dados de acesso restrito; e iii) pesquisa e desenvolvimento de algoritmos e técnicas de detecção de mudanças e reconhecimento de padrões, atualmente já está sendo utilizado o algoritmo para plantio de maconha no semiárido.
3. Ainda no âmbito do Monitoramento Estratégico, o diretor de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Sr. Cesar Martinez, introduziu a apresentação do projeto estratégico Rede de Proteção Territorial e Ambiental de Terras Indígenas com a utilização do Centro de

Monitoramento Remoto – CMR/FUNAI, que se encontra em situação adiantada. Na sequência, passou a palavra para o Sr. Greison Moreira, Coordenador de Informação Territorial, que contextualizou que o projeto tem como objetivo estabelecer uma rede de órgãos e de instituições federais e estaduais com a utilização da infraestrutura do Centro de Monitoramento Remoto - CMR, com a finalidade de gerar respostas mais rápidas e adequadas às ameaças contra os territórios indígenas detectadas pelo sistema. O Coordenador mencionou a utilização de dados da RedeMAIS, apresentada anteriormente pela PF, para qualificação de informações. A entrega envolvendo o estabelecimento de proposta dos níveis de alerta de danos foi concluída com a seleção dos alertas de desmatamentos em Terras Indígenas – TIs que serão priorizados em ações de fiscalização. Além disso, desenvolveu-se um algoritmo multicriterial, passível de ajuste e modelação, juntamente com instituições de proteção ambiental e de segurança pública, para a definição de polígonos prioritários de atuação. O Sr. Greison informou ainda que a etapa de mapeamento do processo está em andamento, de modo a identificar as atividades, o fluxo e a forma de inserção dos órgãos no projeto, definindo a forma mais efetiva para comunicar os alertas aos envolvidos. Apresentou também o site do CMR, com o protótipo de como a ferramenta se comporta a partir da inserção do projeto no *site*, contando com a identificação do alerta urgente, dos responsáveis, e das providências. Dessa forma, será possível melhorar o acompanhamento dos alertas, sem que as informações se percam. Após a conclusão da etapa de mapeamento de fluxo, encontra-se previsto o estabelecimento da forma legal da participação dos atores da rede.

4. Na sequência, o Secretário-Adjunto da Secretaria de Operações Integradas – Seopi, Sr. Braulio de Melo, explicou que os Projetos Estratégicos da Secretaria são sinérgicos e que se encontram com bom andamento, conforme cronogramas previstos, convidando, em seguida, a Sra. Maria Cardoso Grochevicz para apresentar o Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO, composto por 06 projetos focados no combate ao crime organizado, com o objetivo de apoiar órgãos de segurança pública no enfrentamento às Organizações Criminosas - ORCRIMs, a partir da melhoria nos processos de produção de conhecimento, de capacitação de profissionais na área de inteligência, de uma base de dados, da criação e disponibilização de um canal de informação seguro/criptografado (Rede Cronos), da extração e análise de dados de dispositivos móveis (Excel), bem como de ações integradas entre a Seopi e outros órgãos. O projeto está em situação satisfatória. No âmbito da Rede Cronos, institucionalizado por meio da Portaria nº 36, de 29 de março de 2021, dois requisitos essenciais para enfrentamento ao crime organizado são atendidos: a segurança da informação e a sua organização. Também informou que a Rede Cronos é um canal seguro de informações que amplia o seu armazenamento e compartilhamento no Subsistema de Inteligência de Segurança Pública – SISP. Com relação ao “Excel”, o projeto conta com um protocolo de uso aprovado por meio da Portaria nº 26, de 09 de julho de 2020, voltado para a criação de uma base de dados sobre as ORCRIMs, que vem sendo usualmente autorizado o compartilhamento dos referidos dados. O projeto conta com a adesão de 26 Unidades Federadas – UFs, com exceção do Estado de São Paulo que se encontra em tratativas. Sobre o Sistema Nacional de Inteligência para Apoio no Combate ao Crime Organizado – Sistema ORCRIM, a Sra. Maria Cardoso explicou que foi instituído pela Portaria nº 115, de 13 de março de 2020, e que a ferramenta é voltada para o cadastro, busca e cruzamento de informações nacionais e internacionais de forma colaborativa pelos seus membros. A participação no projeto se dá por meio de Termo de Adesão. Atualmente, 52 termos já foram concluídos e 29 estão em andamento. Por fim, mencionou o andamento da ação integrada de inteligência financeira, em parceria com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, promovendo o intercâmbio de informações financeiras e aumento da capacidade de produção do conhecimento relacionada ao tema. O projeto conta com a participação de 10 UFs (AC, AM, MT, MS, MG, SC, RS, RJ, PE e SE). No âmbito das capacitações, estão previstos 34 cursos presenciais em 2021, com aproximadamente 3.000 capacitados por ano.
5. Com relação ao monitoramento do indicador estratégico “Percentual de Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISPs integradas à Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública”, foi obtido 100% de realização.

6. Atendendo à solicitação do Secretário-Executivo na última reunião do CGE, a Seopi realizou a apresentação da Operação Guardiões do Bioma, dada a atual relevância e pertinência do assunto. De acordo com o Diretor de Operações, Sr. Fernando de Sousa, a operação consiste em uma iniciativa emergencial do governo federal frente à necessidade de combate a incêndios florestais e crimes ambientais, de modo a atuar nas áreas mais atingidas nos últimos anos, com foco nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Goiás. Foi elaborado um plano estratégico operacional de atuação integrada a fim de prevenir, preparar, responder e responsabilizar as principais causas de devastação ambiental. Nas operações nos biomas cerrado, pantanal e floresta amazônica, além do MJSP, conta-se com participação do Ministério do Desenvolvimento Regional, pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC, do Ministério do Meio Ambiente. pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, das Secretarias de Segurança Pública e Meio Ambiente de onze Estados brasileiros, do Conselho Nacional de Corpos de Bombeiros Militares e da Polícia Militar Ambiental de todas as UFs.
7. Complementarmente, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, abordou sobre a destinação de recursos para o financiamento da Operação Guardiões do Bioma, tendo sido repassados para a PF e a PRF por meio de portaria. Destacou ainda o Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN 20/2021, em trâmite, para a aprovação de crédito suplementar que poderá aportar mais de R\$ 44 milhões para a Seopi, e em caso de tais recursos não serem utilizados na operação ainda no presente exercício, poderão ser destinados para outras políticas públicas, desde que respeitadas as possibilidades e permissões do cadastro de ações. De acordo com o Subsecretário, no mês de novembro, haverá oportunidade para promover a alteração de despesas de custeio para despesas de investimento, a fim de utilizar os recursos de maneira eficiente.
8. Dando continuidade à pauta, o Sr. David Freitas informou que o Ministério ainda possui significativo valor para empenho, embora o percentual de execução esteja em 84% do orçamento disponível já empenhado e 79% da dotação empenhada. No que diz respeito ao Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, esse se encontra com 92,51% de execução do orçamento, dos quais serão repassados para os Estados, via transferência Fundo a Fundo, uma vez que a revisão do Plano Nacional de Segurança Pública foi publicada. Outro ponto abordado pelo Subsecretário se referiu aos restos a pagar bloqueados, despesas empenhadas em anos anteriores e não liquidadas. Reforçou ser necessária a análise pelas unidades se essas despesas possuem alinhamento com o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, permitindo o desbloqueio da referida despesa e, conseqüentemente, a utilização de recursos para execução de políticas públicas para atender aos anseios dos cidadãos. O prazo para desbloqueio é 31 de dezembro de 2021. Finalizando sua fala, o Sr. David expôs sobre os resultados obtidos quanto à aplicação, na Conta Única da União, de recursos daqueles fundos que são permitidos essa prática, mostrando grande evolução da receita de remuneração quando comparado com os anos de 2018 a 2020.
9. Na sequência, o Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Rodrigo Lange, anunciou que a instalação da Sala Cofre foi finalizada. Todos os *data centers* foram movidos para a Sala Cofre, provendo um alto grau de resiliência. Quanto à migração do Sistema Eletrônico de Informação - SEI para a nuvem, foram identificados alguns problemas na utilização do sistema, no entanto em sua maioria já solucionados. Além disso, informou a implantação do Múltiplo Fator de Autenticação – MFA para acesso externo a e-mails e ao site do Ministério, que passará a ser exigido a todos os usuários do MJSP por meio de aplicativo no celular.
10. Com relação à pauta de gerenciamento de riscos, o Sr. Cláudio Py, Assessor Especial de Controle Interno, esclareceu sobre o andamento dos processos de trabalho estratégicos. Os planos apresentados foram aprovados pelos membros do CGE sem ressalvas.
11. Referente à Integridade, o Sr. Cláudio Py informou sobre a alimentação do Sistema e-Prevenção, ferramenta utilizada pelos órgãos de controle que auxilia o gestor na implantação de práticas que aprimorem a integridade da organização. Os preenchimentos de questionários consistiram em autoavaliações com diagnósticos quanto a fragilidades existentes e orientações para prevenção de

fraudes e corrupção. Conforme metodologia adotada, o MJSP foi considerado em nível aprimorado de suscetibilidade à corrupção, pelo grau de aderência às boas práticas. Sobre o Programa de Integridade, o Assessor apresentou o panorama com a situação das medidas de tratamento aos riscos de integridade das unidades do Ministério, com 120 medidas finalizadas e 88 em andamento.

12. Encaminhando para o fim da reunião, o Secretário-Executivo, Sr. Márcio de Oliveira, informou o envio do processo SEI de monitoramento da estratégia para as unidades, com prazo até o dia 11 de outubro. Comunicou que, tendo em vista o novo processo de acompanhamento da Presidência da República, com a realização de reuniões mensais sobre as principais entregas, as unidades atualizaram as informações de outubro e novembro no dia 22 de setembro de 2021. Com relação ao monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023, para a próxima reunião do CGE, serão apresentados: i) Departamento Penitenciário Nacional - Depen: Projeto "Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN" e o Indicador "Quantidade de operações realizadas pela Força de Cooperação Penitenciária"; ii) Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon: Projeto "Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização" e o Indicador "Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br"; e iii) Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp: Projeto "Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos" e o Indicador "Percentual de UFs integradas ao Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB".
13. Antes do encerramento, o Secretário-Executivo destacou ainda sobre a publicação do Decreto nº 10.785, de 1º de setembro de 2021, que alterou a estrutura regimental do MJSP, com entrada em vigor em 05 de outubro de 2021.
14. Finalizando a reunião, o Sr. Márcio de Oliveira agradeceu a presença de todos, aguardando todas as unidades para a próxima reunião mensal.



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Augusto Martinez, Usuário Externo**, em 17/11/2021, às 15:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO CARDOSO COELHO DA SILVA, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 18/11/2021, às 11:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RENATO MACHADO PAIM, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 18/11/2021, às 12:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 18/11/2021, às 17:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 18/11/2021, às 22:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 19/11/2021, às 11:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **BRAULIO DO CARMO VIEIRA DE MELO, Secretário(a)**



**Adjunto(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 19/11/2021, às 15:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 19/11/2021, às 17:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 19/11/2021, às 18:56, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE RENATO GOMES VAZ, Diretor(a) do Sistema Penitenciário Federal**, em 23/11/2021, às 11:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 23/11/2021, às 17:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 26/11/2021, às 09:17, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME FONSECA DE NORONHA ROCHA, Coordenador(a) de Gabinete**, em 26/11/2021, às 16:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 06/12/2021, às 10:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CAIRO COSTA DUARTE, Usuário Externo**, em 15/12/2021, às 17:49, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 16/12/2021, às 15:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 16/12/2021, às 16:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **16347870** e o código CRC **CACBBAF3**  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/ acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.